

DISTRITO FEDERAL

Chico Vigilante requer ao GDF testagem e EPIs para terceirizados da saúde

Dos casos de coronavírus em trabalhadores da rede pública de saúde no DF, 10% são de vigilantes e terceirizados da limpeza. Até sexta-feira passada, 49 terceirizados contraíram a Covid-19.

Nesta quinta-feira (4/6), encaminhei novamente ofício ao governador Ibaneis Rocha e ao secretário Francisco Araújo requerendo que as empresas terceirizadas da Saúde sejam notificadas a fornecerem, com urgência, EPIs para os vigilantes, trabalhadores da limpeza, da manipulação de alimentos e demais que compõem as equipes hospitalares.

Também requeri a testagem imediata para a Covid-19 a esses terceirizados, para que possam trabalhar de forma segura.

Chico Vigilante
Deputado distrital (DF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE - GAB. 09



OFÍCIO Nº 120/2020-GAB DEP. CHICO VIGILANTE

Brasília, 04 de junho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Ibaneis Rocha Barros Júnior
Governador do Distrito Federal
Brasília/DF

Excelentíssimo Governador,

Tendo em vista as reiteradas solicitações de minha parte no sentido de garantir a testagem da Covid-19 para a totalidade dos trabalhadores terceirizados da área da saúde (vigilantes, limpeza, manipulação de alimentos e demais trabalhadores que compõem as equipes hospitalares), solicito, mais uma vez, sejam as respectivas empresas prestadoras de serviço notificadas para fornecerem, com a urgência que o caso reclama, equipamentos de proteção individual para todos os seus funcionários.

Reitero, ainda, com a mesma urgência, que essa Pasta providencie a testagem imediata de todos esses funcionários, para que possam exercer suas funções de forma segura e, principalmente, tranquilizar seus familiares.

Atenciosamente,

CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA
DEPUTADO DISTRITAL

DF: dos infectados pela Covid-19 na Saúde, 10% são da limpeza e vigilância

Dados da Secretaria de Saúde e sindicatos mostram o avanço do coronavírus entre os terceirizados que atuam dentro das unidades hospitalares



Em meio à pandemia do novo coronavírus, não são apenas médicos, enfermeiros, farmacêuticos e outros profissionais da saúde que desenvolvem um trabalho essencial para manter as unidades hospitalares funcionando. A força-tarefa para conter a proliferação da doença no Distrito Federal conta com uma legião de terceirizados. São encarregados da limpeza e vigilância que estão diariamente em enfermarias e unidades de terapia intensiva (UTIs), lado a lado com pacientes que lutam para sobreviver à Covid-19.

Segundo dados da Secretaria de Saúde, havia, até a última sexta-feira (29/05), 476 casos confirmados de Covid-19 em hospitais públicos coordenados pela pasta no DF. Os terceirizados somavam 49 registros (10,29% do total). Não foram divulgadas novas atualizações desde então quanto ao total de profissionais de limpeza e vigilância que testaram positivo para a doença.

Rotina pesada e fé

Uma das funcionárias que contraiu o coronavírus é a auxiliar de serviços gerais do Hospital Regional de Taguatinga (HRT) Alcileda Vieira, 58 anos. Trabalhando no ambulatório durante a noite, ela diz que toma todos os cuidados possíveis tanto dentro quanto fora da unidade, mas acabou pegando o vírus.

Para ela, o lado bom foi ter sido diagnosticada rapidamente, sem sentir sintoma algum da Covid-19. Depois de cumprir quarentena em casa, ela voltou ao batente no último sábado (29/05), saudável. “Eu fico um pouco preocupada ainda, com medo de acontecer alguma outra coisa, mas estou bem”, relata.

Alcileda volta a uma rotina pesada. Acostumada a lavar todo o chão da parte que é responsável, ela diz que o serviço dobrou com a pandemia.

“Agora precisamos de ter todo um cuidado especial com mesas e cadeiras também. Deixar tudo pronto para o pessoal que entra de manhã, pois eles precisam cuidar de várias coisas com tanta gente que chega”, explica.

Linha de frente

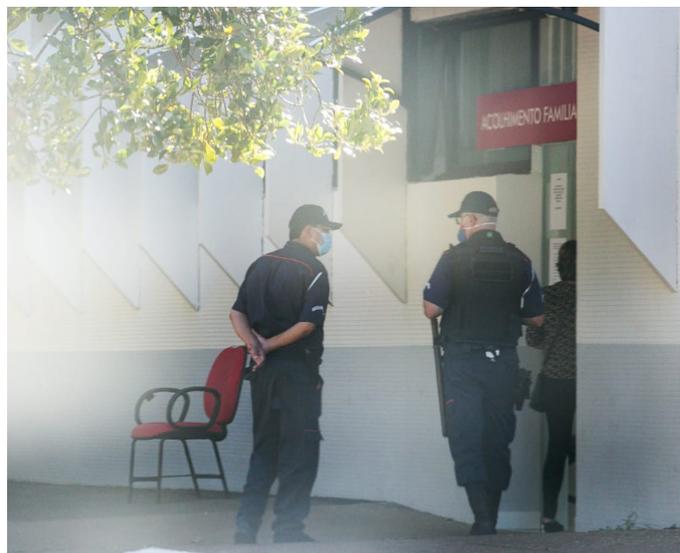
Trabalhando ainda mais de perto na luta contra o coronavírus, está a também auxiliar de serviços gerais Elisabete Mota, 53. Ela foi designada para fazer a limpeza na área da UTI do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), unidade referência ao tratamento da doença no DF. O trabalho de Elisabete é essencial para manter o local sem um único caso de contaminação pela Covid-19 até o momento.

A rotina é pesada. Trabalhando de 19h até 7h do dia seguinte, a auxiliar precisa tomar uma série de cuidados antes de entrar e ao sair do local. “Eu tenho dois uniformes. Quando chego no hospital, visto um deles para bater o ponto e então eu me dirijo à UTI. Antes de eu entrar, troco de roupa, visto outro uniforme, que é da área privada do isolamento. Depois de entrar, eu só saio no dia seguinte”, explica.

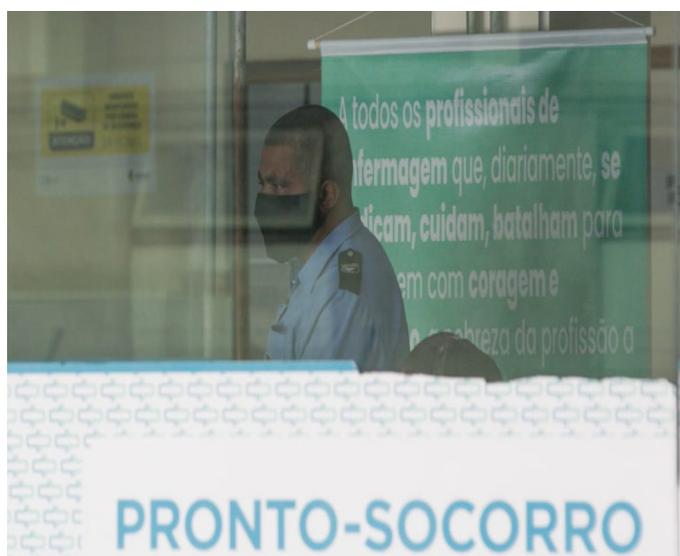
Apesar de todo o trabalho, Elisabete diz não ter medo de suas funções. Religiosa, ela afirma que essa foi uma missão enviada por Deus. “Faço o meu trabalho com muito amor e dedicação. Chego perto dos pacientes que estão entubados e falo para eles confiarem, acreditarem e se entregarem a Deus. Fico muito feliz em ver os técnicos se entregando cada minuto pelos pacientes”, afirma.

Outro trabalhador do Hran, um vigilante que preferiu não se identificar, relata preocupação. Uma vez que, na maioria das vezes, o primeiro contato de um paciente é com os seguranças, a principal apreensão é manter uma distância segura. “De uma certa forma a gente fica muito próximo. Fica com medo de ser contaminado. A pessoa chega lá e fala conosco antes da triagem”, detalha.

No Hospital Região Leste (HRL), no Paranoá, outro vigilante que pediu anonimato diz que abraçar esposa e filhos quando chega em casa é só depois do banho. “Deixo a roupa toda em um saco, vou só de cueca direto para o banho, que é demorado”, descreve.



Vigilantes são os primeiros a entrar em contato com a população. Rafaela Felicciano/Metrópoles



De acordo com o sindicato da categoria, são 19 profissionais que atuam em hospitais do DF que foram contaminados. Uma morte foi registrada. Rafaela Felicciano/Metrópoles



Secretaria de Saúde calcula, até o momento, 49 terceirizados com a Covid-19. Rafaela Felicciano/Metrópoles

Sindicatos pedem atenção das autoridades
Para o diretor de comunicação do Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal (Sindesv-DF), Gilmar Rodrigues, apenas nas últimas semanas as empresas contratantes e a Secretaria de Saúde começaram a prestar atenção também na categoria.

“Desde março estamos em uma luta árdua para conseguir a realização de teste [de diagnóstico da Covid-19] e mais Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para todos. Só agora que começaram a nos ouvir”, afirma.

Na semana passada, eram 19 os vigilantes de unidades de saúde do DF confirmados com a doença. Nessa terça, o total subiu para 26. O sindicato também computou três mortes de profissionais com a doença.

Já Maria Isabel Caetano, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (Sindiserviços-DF), lembra a importância dos trabalhadores do setor na limpeza nos hospitais.

“Teria como uma UTI funcionar sem os funcionários de limpeza? É um trabalho tão

essencial quanto o de um médico e, mesmo assim, muitas vezes somos tratados como ninguém”, reclama.

Com relação aos trabalhadores, o Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu um inquérito civil para apurar se eles estão sendo expostos à Covid-19 sem o amparo do governo. A ação é resposta para duas denúncias protocoladas na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, por deficiência na paramentação dos profissionais com equipamentos de proteção individual, entre outras queixas.

Outro lado

Procurada, a Secretaria de Saúde informou que, durante as ações do Sanear DF nas unidades de saúde, “os auxiliares de limpeza estão recebendo treinamento para desinfecção das áreas”.

Com relação à situação dos vigilantes, a pasta disse que “as empresas prestadoras de serviço são responsáveis pelo treinamento e distribuição dos equipamentos de proteção individual. Também no caso dos auxiliares de limpeza, as empresas com contrato vigente devem fornecer os EPIs”.

FONTE: Metrôpoles



CHICO VIGILANTE FAZ ALERTA EM VÍDEO A VIGILANTES E TERCEIRIZADOS



Momento é de muita incerteza, aponta o deputado

O deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF) divulgou um vídeo no qual lança um alerta aos vigilantes e trabalhadores terceirizados em geral. Segundo ele, é preciso que os trabalhadores se unam em torno dos seus sindicatos para lutar por seus empregos e sua sobrevivência, diante da crise causada pela pandemia do novo coronavírus.

“Estamos no meio da maior crise da nossa história, que a gente não sabe aonde vai dar, a única coisa que eu sei hoje é que vai ter muito desemprego, muito atraso de salário, certamente vai ter empresas quebrando e vamos ter que estar unidos para enfrentar o drama todo que virá pela frente, é uma situação muito difícil e de incertezas”, disse Chico.

Segundo ele, a economia está parada, o

PIB brasileiro – que é a soma de tudo que é produzido e dos serviços do país – deve cair por volta de 10% esse ano. Para piorar, “o presidente (Jair Bolsonaro) só sabe brigar com os outros poderes, desafiar os outros poderes” e não tem um programa para tirar o Brasil da crise.

Lembrou que muitos não acreditaram quando avisou que a reforma trabalhista ia gerar desemprego e não geraria nenhum emprego. A mesma coisa quando falou que a reforma da Previdência ia gerar muito sofrimento para os trabalhadores e o resultado já se conhece: nenhum emprego a mais e ficou muito mais difícil de as pessoas se aposentarem.

“Nós também, no sindicato, quando avisamos que a reforma trabalhista nos traria grandes prejuízos, só ia beneficiar os empresários e não ia gerar empregos, fomos atacados e xingados por muitos vigilantes ingênuos, que acreditaram nas promessas do governo e o mesmo aconteceu na Reforma da Previdência”, lembrou o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias.

“Os vigilantes precisam ouvir o alerta do Chico, que sempre foi um grande defensor da categoria e luta muito por nós em Brasília, este não é um momento para divisões entre nós, a situação é muito séria, precisamos nos unir e sermos mais solidários uns com os outros, para sobrevivermos a essa crise que não é nossa, não fomos nós que criamos, mas precisamos passar por ela, infelizmente”, completou Dias.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

PAGAMENTO DE PROCESSO/ JAVA/IPAC: VIGILANTES FALTANTES, FAÇA CONTATO PARA RECEBER SEU CHEQUE

Dos 28 vigilantes ex-Java dos Processos do Sindicato cobrando multa rescisória (art. 477 da CLT – atraso no pagamento da rescisão), que trabalharam no IPAC e saíram em 2017 e estavam agendados para esta quarta e quinta (03 e 4) no Sindicato, para receberem seus cheques, 14 faltaram e, para receberem seus direitos devem entrar em contato por telefone para agendar dia e hora.

Fique ligado. É seu direito, sua conquista.

É luta do seu Sindicato! Que não para de lutar pelo direito do Vigilante. Que não arrega. Que não pelega.

Confira seu nome, copie os seus documentos (CTPS, RG, CPF e prova de residência) e ligue (71 99617 9701 -Boaventura).

PROCESSOS JAVA X MULTA ART. 477 DA CLT: 773.2017.11 / 772.2017.11/ 771.2017.11 / 1255.2017.39

Lista disponível no site do sindicato.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Projeto prevê acordo com bancos para descentralizar pagamento de auxílio emergencial

Para autora da proposta, centralização dos pagamentos na Caixa dificultou o acesso das pessoas ao dinheiro



Projeto pretende acabar com as filas e reduzir o risco de contágio na hora de sacar o benefício

O Projeto de Lei 3047/20 determina que o Poder Executivo estabelecerá parcerias com bancos para possibilitar o saque do auxílio emergencial de R\$ 600 pelo beneficiário em diversas localidades. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta é de autoria da deputada Rejane Dias (PT-PI) e altera a Lei 13.982/20, que criou o

programa de pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19. A lei prevê que o benefício será depositado em conta do tipo poupança social digital, que é operacionalizada pela Caixa Econômica Federal.

A deputada afirma que a centralização dos pagamentos na Caixa dificultou o acesso das pessoas ao auxílio. “Essa situação tem gerado enormes filas e exposto os cidadãos ao intenso risco de contágio, o que pode agravar ainda mais a emergência de saúde pública pela qual passamos”, disse Dias.

Como saída, ela propõe que o governo firme acordo com diversos bancos brasileiros, aumentando a rede disponível para o cidadão acessar o benefício.

Leia a íntegra do PL: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1899754&filename=PL+3047/2020

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto prevê que empresa pode demitir e recontratar trabalhador durante pandemia

Economistas e advogado trabalhista veem com cuidado, projeto que retira punição à empresa. Para o diretor-técnico do Dieese, Fausto Augusto, é preciso proteger trabalhador de ser recontratado com salário menor



Num momento de crise econômica com o índice de desemprego do país na casa de 12,6%, atingindo 12,8 milhões de pessoas, e com possibilidade de aumentar ainda mais por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid 19), a proteção ao trabalhador torna-se cada vez mais necessária, e por isso é preciso cuidado ao analisar as propostas que tramitam na Câmara dos Deputados, que em tese facilitariam a vida

de empresários e trabalhadores, avaliam o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, a economista da Unicamp, Marilane Teixeira e o advogado trabalhista Fernando José Hirsch, do LBS Advogados .

Um dos Projetos de Lei (PL) em tramitação, na Câmara dos Deputados, é o nº 2952/20, que autoriza a recontração de um trabalhador ou trabalhadora, demitido sem justa causa, dentro

de 120 dias, durante o estado de calamidade pública, que vai até o dia 31 de dezembro deste ano.

Hoje o artigo 2º da Portaria nº 384/92 do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) considera-se fraudulenta a rescisão seguida de recontração ocorrida dentro de 90 (noventa) dias subsequentes à data em que formalmente a rescisão foi feita.

A professora de economia, Marilane Teixeira diz que o cuidado na análise é necessário porque o impedimento de 90 dias para recontração de quem foi demitido sem justa causa era, à época da portaria do MTE, necessário para evitar que as pessoas demitidas acessassem o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e continuassem a prestar serviços para a mesma empresa onde foi demitido, até mesmo com salário menor.

“Hoje diante da pandemia a proposta do PL não é de toda ruim, mas é preciso que tenha uma proteção maior no sentido de que este trabalhador demitido volte a ser contratado com salário abaixo do que recebia anteriormente”, diz Marilane.

A preocupação com o rendimento do trabalhador é compartilhada pelo Coordenador-Técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior. Para ele, são três problemas que o PL não responde.

Primeiro, se a pessoa demitida vai ser contratada com o mesmo salário ou a empresa vai utilizar a pandemia para reduzir o valor pago ao trabalhador.

Segundo, se este trabalhador demitido vai receber de fato todas as verbas rescisórias a que tem direito, que são: o saldo de salário (correspondente aos dias trabalhados pelo

trabalhador), o aviso-prévio (trabalhado ou indenizado e proporcional ao tempo de serviço), férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3, 13º salário proporcional, indenização de 40% dos depósitos do FGTS. Neste caso, a demissão de um trabalhador mais antigo numa empresa, com, por exemplo, 10 anos de carteira assinada, se receber tudo o que tem direito vai custar para a empresa, pelo menos, o valor de 10 salários que este trabalhador recebia. Portanto, não seria vantajoso para a empresa demiti-lo por quatro meses e readmitir.

“Neste caso é um custo inútil porque uma empresa não vai pagar 10 meses de salários para economizar quatro meses”, avalia Fausto.

O terceiro ponto é se a validade da readmissão antes do prazo legal vai ser mantida após a pandemia.

“Se for possível demitir e readmitir independentemente do período de calamidade pública poderá haver maior rotatividade de trabalhadores com salários menores do que os contratos iniciais”, teme Fausto.

Já o advogado Fernando Hirsch é taxativo. Para ele, o PL pode aumentar as fraudes trabalhistas.

“Isto já ocorria e foi para evitar esta prática, que na própria CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], tem diversos artigos anulando os atos praticados em decorrência de fraude. E foi nesse sentido, com o objetivo de dificultar rescisões contratuais fraudulentas, para levantamento do FGTS e o seguro-desemprego, que foi expedida a Portaria 384/92”, afirma Hirsch.

FONTE: CUT

MPF considera inconstitucional item de “reforma” trabalhista sobre jornada 12×36



O item da “reforma” trabalhista de 2017 sobre acordos individuais para implementar a jornada 12×36 é inconstitucional, aponta parecer do Ministério Público Federal encaminhado ontem (3) ao Supremo Tribunal Federal. O STF analisa uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 5.994, sobre o tema. Protocolada em agosto de 2018, a ação tem como relator o ministro Marco Aurélio Mello.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), que ajuizou a ação, questiona a expressão “acordo individual escrito”, incluído na Lei 13.467, para autorizar a fixação da jornada, que prevê 12 horas de trabalho por 36 de descanso. É uma modalidade comum em hospitais, mas com a “reforma” foi estendida a qualquer estabelecimento.

Em sua manifestação ao STF, o procurador-geral da República, Augusto Aras, lembra que pela Constituição a jornada máxima é de oito horas diárias e 44 horas semanais, permitindo-se compensação ou redução por meio de acordo coletivo. E o artigo 7º da Carta valoriza a negociação coletiva como forma de flexibilização da jornada, mas desde que isso melhore a condição social do trabalhador. “Não se admite a simples redução ou renúncia de direitos, especialmente de direitos constitucionais indisponíveis, mas exige-se a pactuação de

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

compensação ou de contrapartida”, afirma.

Por isso, segundo ele, a mudança incluída na lei de 2017 restringe um direito fundamental: defender, por meio de seus representantes, uma jornada adequada aos interesses da categoria e negociada coletivamente. A “reforma”, portanto, fere o que ele chama de autonomia privada coletiva, o direito de negociação, e assim “o direito de resistência coletiva dos trabalhadores para obtenção de contrapartidas laborais”.

Saúde e segurança no trabalho

O procurador-geral concordou com outro ponto destacado pela CNTS, aquele que prevê que pagamentos devidos ao trabalhador a título de descanso semanal remunerado (DSR) e de descanso em feriados estão abrangidos pela remuneração mensal. Assim, feriados e prorrogações de trabalho noturno já estariam compensados na escala. Aras considera que esse item também é inconstitucional.

Segundo ele, são temas relacionados à saúde e segurança no trabalho, que está “no centro das atenções” da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “A imposição de limites à duração do trabalho tem fundamentos de natureza biológica, social e econômica, conectados, em maior ou menor grau, à segurança do trabalhador e à saúde humana, física e mental.”

Ao apresentar a ADI, a confederação também alertou para potenciais riscos à saúde. Segundo a entidade, muitos trabalhadores “inadvertidamente, ou muito possivelmente pela necessidade premente do emprego, submetam-se às condições de trabalho extraordinárias sem a necessária supervisão externa, o que somente é possível pela pactuação do instrumento normativo e coletivo de trabalho”.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF